

O futuro da responsabilização social: Seis pontos de ancoragem

Neste blog, o Dr. Fletcher Tambo oferece as suas reflexões sobre o evento internacional do Programa CEP – (Cidadania e Participação) de dezembro 2017, onde fez o discurso principal sobre como respondermos aos [pressupostos e às abordagens da responsabilização social de segunda geração](#). O Dr. Tambo é o Director do [programa MAVC \(Making All Voices Count – faça valer a todas as vozes\)](#), uma iniciativa internacional que analisou como aproveitar novas tecnologias para melhorar o empenho de cidadãos, a receptividade de governos e a responsabilização social.

Tive o privilégio de ser o orador principal ao colóquio internacional em Maputo, depois de ouvir várias apresentações, e combinei essas percepções com as minhas, formuladas da minha experiência de gerir projectos de responsabilização social, e mais recentemente, como o Director do Programa MAVC. Saí com seis temas de conversa, os quais eu consideraria pontos práticos e principais a ser considerados na segunda fase de responsabilização social.

1. Investigando mais - as identidades de cidadãos e como são negociadas

Quando a Fernanda Farinha, a Directora do Programa CEP, abriu a primeira sessão do colóquio, um assunto principal que me chamou a atenção foi a sua referência a ‘investigando mais para juntar às pessoas de verdade’ (reformulada nas minhas anotações). Três significados e implicações vieram-me à cabeça: uma profundidade geográfica, que nos permite chegar a províncias difíceis de alcançar; ultrapassando os cidadãos que são alcançados mais facilmente para alcançarmos àqueles que são difíceis de alcançar dentro do mesmo local geográfico; entrando numa compreensão mais profunda do cidadão falado, em relação à construção da cidadania como um base para compreender o empenho e a capacitação do cidadão.

O último desses três significados ficou na minha mente, porque provocou pensamentos crescentes discutidos no trabalho [‘reconsiderando a responsabilização social’](#) e logo mais recentemente no [Programa MAVC](#) (faça valer a todas as vozes), quando tratávamos de interrogar quem fazia parte de ‘todas’ o que seria preciso para ‘fazer’-lhes ‘valer’, e logo como se pareceria o êxito, ou quer dizer, o ‘valer’. A iluminação pela Erica Nelson das desigualdades entrecruzadas, concentrando nas identidades e categorização de cidadãos, esclareceu que é preciso superar os rótulos bem conhecidos tais como ‘jovens’ ou ‘mulheres’ para descobrir as identidades socio-políticas que se dão a si próprios. Acrescentaria que ‘representações’ pode ser um método de esclarecer e compreender formas de [representação e representatividade](#) pelas quais as identidades de cidadãos são utilizadas ou até mesmo manipuladas no processo. Por exemplo, as construções da ‘chefia’ e as formas associadas de representação e poder em África inteergem com as instituições formalizadas de representação tais como deputados e conselheiros eleitos numa maneira que faz uma grande diferença ao dia-a-dia dos cidadãos mais pobres. A agenda da responsabilização social precisa de se ancorar a essas identidades, categorizações, e representações diversas, para fornecer uma influência política aos cidadãos nessas zonas.

2. Criando um ambiente favorável em espaços decrescentes

Em ambientes dinâmicos tais como Moçambique e outros, não consegue evitar ver que os espaços para o empenho de sociedade civil são limitativos. [O artigo de opinião da Anu Joshi](#) inclui uma referência aos últimos dados de [CIVICUS Monitor](#) que indicam que quase dez por cento da população mundial moram em países com espaços cívicos fechados, e mais que um terço mora em países com espaços cívicos reprimidos. A Anu salienta que os governos utilizam uma sofisticação crescente para ‘fabricar o consentimento, sabotar a dissidência’ e moldar a atitude pública com relação à dissidência democrática. Estas realidades também se reperiram à [Conferencia de Liberdade na Internet em Estocolmo](#).

Na minha opinião, esses contextos emergentes criam dificuldades aos dois conceitos que se manifestavam com veemência no colóquio: a medida em que se pode utilizar ‘o diálogo’ como um mecanismo para engajar os cidadãos, e a agenda de ‘alinhar com a política governamental’. E isso é porque nos espaços restritivos a maioria de organizações de sociedade civil e os cidadãos comuns sofrem ameaças, e tratamento incerto ou inconsistente com relação às regras do jogo, que criam um ambiente de trabalho arriscado e imprevisível. Estas situações não se prestam à alimentação de democracia deliberativa através do diálogo. Todo o espaço disponível, que poderia emergir no processo de contestação, negociação e poder, deve se definir como ‘margem de manobra’ e a determinação estratégica da responsabilização social deveria utilizar esse espaço para ‘criar um ambiente favorável’. Nesses casos, pode ser que os agentes prefiram o anonimato a maior parte, e que mudem de papel enquanto a dinâmica continuar a mudar, evidente nos [JamilForums](#) na Tanzânia, apoiados pelo programa MAVC.

3. Do nível local ao nacional, o nacional ao local

A vontade de desenvolver do nível local ao nacional é associada facilmente à ideia que as iniciativas de responsabilização social aproveitariam do processo de descentralização. Porém, independentemente das declarações técnicas nos documentos políticos, a descentralização é um processo profundamente político e muitas vezes é um lugar de poder entre os governos em exercício e as realidades do local. Em alguns casos, pode ser utilizado como um método de penetração ao nível local, que resulta em contestações entre os representantes eleitos e a burocracia, que é considerada como um instrumento do governo. Além disso, como mostrou o colóquio internacional, não existem duas regiões iguais (por exemplo, Gaza e Nampula em Moçambique), e alguns indicadores positivos de progresso na fase de concepção do programa podem desenrolar doutra forma na fase de implementação. As surpresas são comuns.

A estratégia da responsabilização social deveria ter por fim a caracterização da viabilidade dos contextos sociais, políticos, culturais e económicos onde se situam as iniciativas de responsabilização social, e quando for necessário, deveria adoptar a estratégia de [‘considerar a escala na integração vertical’](#), para conectar os agentes que apoiam a responsabilização social ao nível local, subnacional e nacional. Nessa situação, os projectos de responsabilização social se tornam numa fonte forte de formulação de políticas experimentais, atraindo ao governo e aos doadores para aquelas ‘experiências prácticas’, demonstrando o que funciona e o que não funciona. Aqui também há margem para ancorar ao nível local as vantagens de iniciativas internacionais tais como [a Parceria para Governo Aberto](#), nos países participantes.

4. A medição e a comunicação de resultados

O [Jeremy Holland](#) defendeu bem o caso para a medição de resultados. Porém, no futuro, a responsabilização social precisa de focar em assuntos relacionados às variáveis que são difíceis de medir, tais como ‘o diálogo’ e ‘a criação de confiança’. Não só se precisam de métodos criativos de compreender e seguir resultados, que se situam entre realizações e resultados nos sistemas tradicionais do acompanhamento e a avaliação de projectos. Há também uma necessidade duma narrativa forte de comunicação às partes interessadas que possam definir de forma diferente a importância daqueles resultados ou outros resultados pretendidos.

Considerando que o programa MAVC este mês chega ao seu fim, juntamente com outros investigadores e profissionais, eu gostaria de explorar e inovar esta via de trabalho, desenvolvendo o trabalho anterior sobre inovações no mapeamento e na colheita de resultados. Além disso, tal como ilustrado no trabalho sobre [‘a voz do cidadão e a responsabilização social: para teorias de mudança que aceitem a dinâmica de contexto’](#) é importante colocar estas medidas, e os métodos de comunicá-las, na compreensão do contexto em questão.

5. Sustentabilidade

Uma nova perspectiva emergiu durante o colóquio que deveria caracterizar o futuro da responsabilização social, que se trata da ancoragem do empenho de cidadãos na [energia cívica](#), um assunto estudado e partilhado durante o colóquio pelo [Alan Fowler](#), além do caso para a busca dos fontes de financiamento certos. Eu diria que também inclui a selecção das organizações certas para os papéis certos, guiado pela noção de [interlocução e os processos relacionados à interlocução](#), que começam com a necessidade de compreender a dinâmica em questão antes de decidir qual agente tiver as características revolucionárias e pertinentes para abordar a questão. O objectivo é abordar a questão ao nível sintomático e sistémico, e por consequência, fornecer incentivos positivos suficientes para a sustentabilidade de resultados através do processo. No fundo, a responsabilização social própria se torna numa construção social emergente de [relações sustentáveis baseadas na confiança](#), em vez de um resultado tecnocrático.

6. O papel da tecnologia

Como salienta o [Thomas Carothers](#) com razão, na segunda geração da responsabilização, o entusiasmo e o fascínio inicialmente associados aos instrumentos tecnológicos se trocam pelo reconhecimento que é difícil moldar as relações interactivas entre os cidadãos e o estado nas relações transformativas de poder. No máximo, a tecnologia é um recurso que funciona além de muitas relações desligadas precedentes e complementares, explicado no relatório de síntese do programa MAVC que se acaba de escrever. Portanto, as activistas e os investigadores da responsabilização social precisam de mergulhar em qual seria a combinação necessária de métodos técnicos e não-técnicos que possa alcançar uma mudança transformativa. Pós-MAVC, é esta via de trabalho em que vou investir tempo.

Este blog foi traduzido para português [da versão original inglesa](#).